

COLÓQUIO TÉCNICO RP LESTE**29 de abril de 2015****Síntese das Proposições dos Grupos de Trabalho – Grupo 1****1- USO E OCUPAÇÃO DO SOLO**

A evolução da urbanização se deu de forma rápida e irregular, gerando ocupações em áreas de proteção permanente (APP) e edificações abaixo do nível da rua, que despejam o esgoto diretamente nos córregos.

Para evitar áreas de risco, deve-se desenvolver uma política de acompanhamento técnico das obras, ao invés de focar na fiscalização e no embargo.

Adequar o órgão público para melhor atender aos cidadãos, desenvolvendo um planejamento integrado e articulado entre as Secretarias. É necessário criar interfaces entre as Secretarias. O Plano Diretor deveria regulamentar essa gestão para facilitar os trabalhos do ente público e a vida da população.

O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) não é muito utilizado. A proposta de aplicação deste estudo apenas em condomínios com mais de 1.200 unidades deixa o instrumento sem efetividade. Muitos empreendimentos são instalados nos bairros, geram impacto na mobilidade e nos equipamentos públicos. O EIV também deveria se aplicar a empreendimentos menores.

Faltam projetos do Poder público que tratem do futuro da cidade, ou seja, grande parte das discussões tratam de soluções para curto prazo e esquecemos das de longo prazo. Pensando no futuro conseguiremos, por exemplo, evitar as ocupações de áreas de proteção permanente (APPs) e desenvolver projetos como a Av. Rio Branco, fruto de um projeto de futuro. O que a cidade tem hoje como projeto para o futuro?

Excessiva verticalização – estão derrubando as casas para construir prédios. Faltam áreas verdes no centro da cidade.

Faltam áreas de lazer na Região de Planejamento Leste.

Falta segurança

2- HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Existe uma elevada taxa de moradias informais, principalmente nas margens dos rios e encostas. Propõe-se analisar a localidade e realocar as famílias que estão em área de risco. Eventualmente, tais realocações podem ser feitas para edificações verticalizadas, evitando a expansão de novas áreas.

Requalificação urbanística nas áreas de especial interesse social (AEIS) e nas áreas adjacentes precárias.

Fiscalização falha. As áreas que já estão ocupadas precisam ser regulamentadas, as que não estão devem ter políticas inibidoras.

O Plano de Habitação prevê a destinação de 1% do tesouro para o Fundo de Habitação, mas falta informação acerca do fundo e onde o recurso é aplicado. As contrapartidas de multas ou outros instrumentos, como a outorga, deveriam ser destinadas ao Fundo de Habitação ou a um fundo único de urbanismo e esse fundo poderia ter várias contas - habitação, requalificação urbana etc.

3- MOBILIDADE

O Transporte coletivo é pouco eficiente: precisa-se de mais linhas e de itinerários mais direcionados, evitando que os carros transitem excessivamente dentro dos bairros antes de chegar no Centro.

As linhas do transporte coletivo são direcionadas para o centro da cidade e para se deslocar para outro bairro é necessário pagar outra condução.

Criar linhas cujo itinerário passe pela Avenida Barão do Rio Branco.



Devido à pouca fluidez do trânsito nos principais eixos, as vias alternativas estão sobrecarregadas.
Utilizar rodoviária como ponto centralizador dos ônibus urbanos, evitando que os mesmos se dirijam para o centro. (transbordo)
Usar o leito ferroviário para o transporte rápido caso haja a transposição da linha férrea.
A Av. Brasil deve ser mais utilizada para aliviar o tráfego da Av. Barão do Rio Branco.
As ruas Liberalino Gaspar e Joaquim Marques Coimbra são estreitas, sem passeio público e com depósito irregular de entulho. Existe, ainda, um excessivo tráfego nas vias devido aos condutores que evitam as vias principais, já sobrecarregadas. Situação de perigo para aqueles que trafegam por esta rua.

4- SANEAMENTO, MEIO AMBIENTE E ÁREAS VERDES

O tratamento da “avifauna” urbana é diferente da silvestre, porém para os rios não existe essa diferenciação de tratamento. Nas localidades urbanas as áreas de proteção permanente (APPs) dos córregos já estão totalmente ocupadas. Deveria ser feita a regulamentação das ocupações em APPs. A legislação atual engessa a ação sobre tais áreas. Há habitações em APPs e sobre galerias pluviais. Deve-se pacificar a situação (existe o crime, mas não se falam das soluções). As áreas não ocupadas devem ser preservadas, como manda o Código Florestal. As áreas já ocupadas devem ser regulamentadas para evitar enchentes, assoreamentos etc.
O Código Florestal criou o crime e a regularização para solucionar tais problemas.
Tão importante quanto a preservação das margens dos cursos d’água é a preservação das encostas.
As áreas com passivo ambiental devem ser recuperadas, urbanística e ambientalmente falando, e utilizadas para habitação ou áreas públicas.
Existem redes de esgoto com ligação para a captação de águas pluviais. O Poder público precisa tomar conta daquilo que é público, fiscalizar e atuar mais.
O excesso de asfalto contribui para o aquecimento do ambiente que, por sua vez, contribui para o aquecimento global. Deve-se incentivar outros tipos de pavimentação semi-permeáveis.
O Plano Diretor deve apresentar discussões a respeito das Áreas de Proteção Permanentes (APPs) que estão dentro do perímetro urbano. É cada vez mais evidente a tendência de que o próprio município regulamente a sua utilização. O que faremos sobre isso em Juiz de Fora? Criar grupos de trabalho, ajudariam na situação?
A questão cultural somada às condições sociais limitadas da população agravam a preservação do meio ambiente, dificultando uma possível solução. Antes de tudo é necessária uma educação ambiental e uma fiscalização mais efetiva nestas áreas.
Os passivos ambientais da Região de Planejamento Leste poderiam ser utilizados para requalificar o ambiente, tornando-se áreas para a habitação de interesse social, pois, culturalmente, é preferível que estas pessoas fiquem próximas aos seus locais de origem.
As poucas áreas verdes existentes na cidade precisam ser mais protegidas com a criação de áreas de amortecimento em suas bordas, por exemplo. O Poço D’Antas é uma área da região leste que carece deste tipo de cuidado.
Direcionar os recursos provenientes de contrapartidas de licenciamentos ambientais para recuperação de passivos ambientais existentes na região leste.
Manutenção e instalação das redes de drenagem das águas pluviais.
Quando os filtros e reservatórios da estação de tratamento de água da Represa Dr. João Penido são limpos, os resíduos poluentes são despejados no Rio Paraibuna, culminando na morte de muitos peixes.
O córrego Matirumbide está com volume muito abaixo do ideal. Para melhorar a situação deve-se limpar e dragar o curso d’água.
A inexistência de locais adequados para depositar os resíduos provenientes de obras favorece o descarte irregular e a obstrução de ruas e passeios.
A cidade possui um Plano de Resíduos da Construção Civil e um Plano de Saneamento Básico

que precisam ser efetivados.

Dar prioridade ao tratamento do esgoto.

As áreas centrais da cidade recebem o serviço de limpeza urbana com mais frequência do que as áreas periféricas. Por uma questão cultural, essa lógica precisa ser invertida.

É preciso melhorar a estrutura da Prefeitura, fortalecendo o setor de planejamento urbano, visto sua vital necessidade.

As escolas devem oferecer uma educação ambiental. Muitas vezes projetos de arborização são executados e os moradores retiram o que foi plantado.

Fortalecer o Poder público por meio da contrapartida das construções executadas em discordância com legislação vigente e, com esse recurso, melhorar a fiscalização. A pessoa que infringe a lei deve pagar uma multa pesada e esse valor deve ser investido na melhoria dos ambientes urbanos. O Poder público não pode ser complacente com essas pessoas.



COLÓQUIO TÉCNICO RP LESTE

29 de abril de 2015

Síntese das Proposições dos Grupos de Trabalho – Grupo 2**1- USO E OCUPAÇÃO DO SOLO**

A Região é muito populosa, encontra-se em situação precária e apresenta uma topografia acidentada. Todos estes pontos devem ser considerados na elaboração de políticas públicas.
Ao se propor o adensamento da região, é importante atentar para a preservação das áreas verdes e construções que viabilizem a permeabilidade do solo.
É saudável para o desenvolvimento urbano da região, manter os parâmetros atuais da Lei de Uso e Ocupação do Solo?
Verticalizar sem adensar pode ser uma possibilidade de melhorar a qualidade de vida na região, pois tem-se um aumento na oferta de serviços, no número de áreas permeáveis, dentre outros benefícios.
A região apresenta um número reduzido de arborização, espaços de convívio e praças. A qualidade de vida tem que ser pensada. Devemos humanizar os espaços com áreas de lazer, entretenimento etc.
A ocupação não deve ser incentivada nesta região, principalmente pela topografia acidentada que apresenta.
Mapear as zonas de risco e monitorar as ocupações irregulares construídas sem o suporte técnico necessário.
A região é caracterizada por uma carência de equipamentos públicos e a existência de presídios, ambas as questões devem ser avaliadas com atenção. Novos bairros estão surgindo e o Poder público deve acompanhar esse crescimento.
O Plano Diretor de Curitiba prevê a diminuição das diferenças entre as áreas mais precárias. Este é um bom exemplo para seguirmos também.
Incentivar uma verticalização que cause pouco impacto na região, com construções de até quatro pavimentos, por exemplo, possibilitando um adensamento com a disponibilidade de áreas livres para a construção de novos equipamentos (praças, escolas, espaços de lazer, esporte e cultura).
A verticalização sem controle técnico é a mais perigosa, pois não há fiscalização e a preocupação com a estrutura do empreendimento é mínima.
Falta comércio em diversos bairros da região.
O complexo penitenciário apresenta-se em estado calamitoso.
Existe uma proximidade entre a Zona da Mata com esta região e, mesmo assim, a localidade não é tratada como deveria.
Viabilizar a ligação com a MG-353 através da região leste.
A região está muito adensada e não oferece número suficiente de áreas livres públicas.
A Região de Planejamento Leste está segregada das demais regiões da cidade e é acessada apenas pelos próprios moradores.
Por conta do complexo penitenciário a região é estigmatizada pela população.
Diferentemente das outras regiões da cidade a região leste não apresenta potencial de uma centralidade, o que gera um deslocamento “forçado” para o centro da cidade.
Deve-se pensar no alargamento da via de acesso ao Bairro Linhares, incentivando uma centralidade linear.

2- HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

No empreendimento Recanto das Pedras, promovido pelo programa Minha Casa Minha Vida 2, houve uma avanço extraordinário.
A região apresenta muitas construções irregulares.
A região possui uma vocação para os programas habitacionais vinculados à agricultura familiar.

Deve-se incentivar um programa habitacional que permita o uso misto, impulsionando a atividade comercial nos bairros que apresentam uma carência na oferta de serviços.

Desenvolver programas habitacionais na região leste que atendam, prioritariamente, os moradores das áreas de risco da própria região.

Verificar se as áreas a serem habitadas possuem condições necessárias para a ocupação.

Fiscalizar se as normas dos programas habitacionais estão sendo respeitadas de fato.

3- MOBILIDADE

Os bairros da região Leste estão desconectados.

A Av. Paracatu, que passa pelo Bairro Linhares, é uma alternativa de acesso à MG-353.

O trajeto entre a empresa Mercedes Benz e a região próxima à represa Dr. João Penido, pode se consolidar como um anel rodoviário para a cidade, incentivando a mobilidade da região e desenvolvendo espaços para a instalação de indústrias – mais oportunidade de emprego para os moradores da localidade.

Criar uma ciclovia ao longo do Bairro Fazenda do Yung, incentivando os ciclistas a usarem o espaço.

4- SANEAMENTO, MEIO AMBIENTE E ÁREAS VERDES

Carência de áreas verdes urbanas.

Existem saibreiras desativadas na região, voçorocas e passivos ambientais. Os proprietários devem ser acionados ao mesmo tempo em que o Poder público realiza uma fiscalização intensa na região.

Identificar os responsáveis pelo assoreamento do Rio Paraibuna.

A região sofre com inundações recorrentes, deslizamento de encostas etc. Deve-se limitar a ocupação e aumentar as taxas de permeabilidade.

Incentivar campanhas ambientais educativas, enfatizando a arborização urbana e o replantio de árvores nas vias.

Muitos proprietários de lotes não respeitam as áreas reservadas à permeabilização do solo.

Incentivar o plantio de árvores com raízes pivotantes e de médio porte nas vias urbanas, buscando evitar danos nas calçadas.

Deveria haver um programa de revegetação das encostas. Como fazer isso em áreas particulares? O imposto predial e territorial urbano (IPTU) progressivo é uma solução?

Fiscalizar as áreas de encostas.

Revegetar as áreas precárias, como as saibreiras, transformando-as em parques. Implantar a sede do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA).

Tratar o esgoto.

Renovar o sistema de captação de águas pluviais na Rua Goiás.

A despoluição dos afluentes é tão importante quanto a despoluição do Rio Paraibuna.

